

Editorial

Direitos reprodutivos e a saúde da mulher

Reproductive rights and women's health

Derechos reproductivos y la salud de la mujer

Ana Thereza Meirelles Araújo¹

Faculdade Baiana de Direito, Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9623-6103>

 anatherezameirelles@gmail.com

Maria de Fátima Freire de Sá²

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3485-4923>

 mfatimafreiresa@gmail.com

Resumo

A nova edição especial do CIADS, com a temática sobre direitos reprodutivos e a saúde da mulher, tem como proposta reunir contribuições científicas de pesquisadoras e pesquisadores, nacionais e estrangeiros, a partir de abordagens com focos historicamente persistentes ou análises emergentes, relacionadas à configuração normativa e bioética da saúde reprodutiva. Para aprofundar a reflexão, buscou-se contemplar questões atinentes ao acesso à saúde reprodutiva, à pluralidade de projetos parentais, à liberdade sobre o próprio corpo, à reprodução medicamente assistida e situações em contracepção que podem envolver a interrupção do planejamento procriativo.

Palavras-chave

Mulher. Direitos Reprodutivos. Planejamento Familiar. Direito à Saúde.

Abstract

The new CIADS special issue on reproductive rights and women's health aims to bring together scientific contributions from national and international researchers with approaches related to the normative and bioethical shaping of reproductive health. To deepen the discussion, we have sought to consider issues related to access to reproductive health, the plurality of parental projects, freedom over one's own body, medically assisted reproduction, and the contraceptive situation that can lead to interruption of reproductive planning.

Keywords

Woman. Reproductive Rights. Family Planning. Right to Health.

Resumen

La nueva edición especial del CIADS, con el tema de derechos reproductivos y la salud de la mujer, se propone reunir aportes científicos de investigadores nacionales y extranjeros, a partir de enfoques históricamente persistentes o análisis emergentes, relacionados con la configuración normativa y bioética de la salud reproductiva. Para profundizar la reflexión, buscamos contemplar cuestiones

¹ Pós-doutora em Medicina e Doutora em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil; professora titular, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Católica do Salvador, Faculdade Baiana de Direito, Salvador, BA, Brasil.

² Doutora em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; professora, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

relacionadas con el acceso a la salud reproductiva, la pluralidad de proyectos parentales, la libertad sobre el propio cuerpo, la reproducción médicamente asistida y situaciones en anticoncepción que pueden implicar la interrupción de la planificación procreativa.

Palabras clave

Mujer. Derechos Reproductivos. Planificación Familiar. Derecho a la Salud.

O processo de ascensão dos direitos fundamentais demanda, em paralelo, importante análise sobre seus destinatários sociais, considerando situações históricas e panoramas culturais que culminaram na conformação de diferentes esferas de vulnerabilidade. A proteção das garantias fundamentais das mulheres perpassa pela necessidade de contribuições científicas, destinadas ao estudo dos seus direitos reprodutivos, especialmente, relacionando-os com o âmbito da saúde.

A ideia de saúde, hoje, não está mais exclusivamente atrelada à aferição de uma patologia física, que compromete, de forma pontual ou sistêmica, o organismo vivo, mas deve ampliar-se à dimensão psíquica, ao âmbito de bem-estar individual, alargando-se como um direito em construção. Também enquanto direito fundamental, contempla as especificidades de gênero. É necessário, pois, interpretar os direitos reprodutivos a partir da contingência da realidade dos sujeitos, considerando os processos de subjetivação. Ser pessoa não é um dado *a priori*, mas perpassa pela construção social em que indivíduos, na qualidade de seres livres, coexistem em uma rede de interdependência e interlocução. Ser pessoa decorre, pois, da autodeterminação e da autoafirmação das configurações individuais em um fluxo comunicativo.

As mulheres, em condição global, possuem importantes demandas de saúde em geral que se individualizam e, por vezes, carecem de atuação estatal adequada ou rede privada especializada. O caminho das políticas públicas é fundamental na efetivação dessas demandas, assim como coberturas adequadas da saúde suplementar.

No âmbito reprodutivo, a discussão mantém importante relação com a perspectiva da autonomia, ou seja, com os limites normativos e bioéticos capazes de reconhecê-la ou rechaçá-la. Em termos de corpo e planejamento procriativo, são necessárias investigações comprometidas, em âmbitos social e científico, sobre os contornos da liberdade decisória face a situações existenciais, em especial, por se referirem ao plano dos direitos da personalidade.

A publicação dessa edição especial vem em momento importante, qual seja, o mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Os artigos aqui publicados possibilitam o acesso ao conhecimento científico, que se revela como uma forma de intervenção social.

Conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Contribuição das autoras

As autoras contribuíram com a concepção, elaboração, redação, revisão e aprovação do editorial.

Como citar

Araújo ATM, Sá MFF. Direitos reprodutivos e a saúde da mulher. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. 2023 jan./mar.;12(1):08-09

<https://doi.org/10.17566/ciads.v12i1.1002>

Copyright

(c) 2022 Ana Thereza Meirelles, Maria de Fátima Freire de Sá.

